



UC/FPCE\_2010

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Práticas parentais em famílias de risco: estudo exploratório**

Marta Filipa Carvalho Pereira (e-mail: [mmartapereira@gmail.com](mailto:mmartapereira@gmail.com))

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e Saúde, sub-  
área de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da  
Professora Doutora Madalena Alarcão

## **Práticas parentais em famílias de risco: estudo exploratório**

**Resumo:** A forma como os pais educam e interagem com os filhos influencia o seu crescimento social, psicológico/emocional, cognitivo e moral. Baumrind (1960) iniciou o estudo das práticas parentais e, mais tarde, Macoby e Martin (1983) reformularam a sua proposta concebendo quatro estilos parentais: autoritário, autoritativo, indulgente e negligente. Este estudo procura explorar a utilidade de quatro escalas de avaliação da percepção que os pais têm das suas práticas parentais, nomeadamente no que toda à disciplina, ao uso de práticas positivas e à (im)previsibilidade dos seus comportamentos, bem como explorar as semelhanças e diferenças que, nesses mesmo tópicos existem entre famílias de risco e famílias da população geral. Uma amostra de 165 sujeitos respondeu a um conjunto de questionários sobre práticas parentais, sendo que todos eles, excepto um ( $CD = \alpha.425$ ) apresentaram bons índices de fidedignidade e de validade ( $APFD = \alpha.725$ ),  $PPP = \alpha.691$ ,  $FUS = \alpha.804$ ). Foram encontradas, de acordo com o esperado, diferenças entre a amostra da população geral e a amostra de risco, no sentido de que as práticas parentais adoptadas pelos pais da amostra de risco, pelo menos tal como eles as percebem, são pautadas por inconsistência e hesitação, consciência de incapacidade e/ou utilização incorrecta de reforços e castigos, tudo isto num ambiente de grande imprevisibilidade patente em vários sectores a vida familiar. Percebeu-se ainda que variáveis como a idade, o estado civil e o nível sócio-económico se associam a alguma variação dos resultados, ainda que de forma pouco consistente.

**Palavras-chave:** práticas parentais, estilos parentais, desenvolvimento infantil, famílias de risco, avaliação.

## **Parental practices in risk families: exploratory study**

**Abstract:** How parents educate and interact with their children influences their growth social, psychological / emotional, cognitive and moral. Baumrind (1960) initiated the study of parental practices and later Macoby and Martin (1983) reformulated the proposal by designing four parenting styles: authoritarian, authoritative, indulgent and neglectful. This study seeks

to explore the utility of four rating scales of the perception that parents have of their parenting practices, particularly as all the discipline, the use of positive practices and the (un) predictability of their behaviors, and to explore the similarities and differences that exist between these same topics-risk families and families in the general population. A sample of 165 subjects answered a set of questionnaires on parenting practices, and all of them except one ( $CD = \alpha.425$ ) showed good levels of reliability and validity (APFD  $\alpha.725$ ), = PPP  $\alpha.691$ , FUS =  $\alpha.804$ ). Were found, according to the expected differences between the general population sample and the sample of the risk families, in that parenting practices adopted by parents from the sample of the risk families, at least as they perceive them, are guided by inconsistency and hesitation, awareness of disability and / or incorrect use of reinforcement and punishment, all in an environment of unpredictability patent in various sectors of family life. It was also noticed that variables such as age, marital status and socioeconomic status are associated with some variation in results, albeit not very consistent.

**Keywords :** parenting practices, parenting styles, children development, risk families, evaluation.

### **Agradecimentos**

À Professora Doutora Madalena Alarcão, pela total disponibilidade que sempre demonstrou, pelo interesse e empenho relativos a este trabalho e pelas inúmeras oportunidades de aprendizagem que proporcionou.

A todos os que acederam, de forma voluntariosa, a colaborar nesta investigação. À Escola Secundária de Tondela e à CPCJ de Coimbra (na pessoa de todos os técnicos). Ao Tiago, de forma particular.

À minha família, e em especial aos meus pais, pela confiança, incentivo e carinho constantes

Aos meus amigos, por todos os bons momentos. Pelo apoio e pela amizade impagável.

Ao Miguel, por ser o que de melhor há na minha vida.

## **Índice**

Introdução	1
I Enquadramento conceptual	3
1.1. Estilos parentais	3
1.2. Práticas disciplinares parentais	6
II Objectivos do estudo	8
III Método	8
3.1. Amostra	8
3.2. Instrumentos	11
3.3. Procedimentos	13
IV Resultados	14
4.1 Fidelidade: estudo da consistência interna das escalas	14
4.2 Validade: estudo da validade de constructo e discriminante	16
4.3. Percepção das práticas parentais na amostra de risco e na amostra da população geral	17
4.4. Influência de variáveis sócio-demográficas na percepção e utilização das práticas parentais	18
V Discussão	24
Limitações do estudo	29
Conclusões	30
Referências bibliográficas	31
Anexos	36

## **Introdução**

Numa família, o nascimento do primeiro filho implica uma reorganização familiar profunda: surgem novos papéis e novas funções, exigindo uma redefinição de limites entre sub-sistemas (e.g., conjugal e parental) e entre o sistema familiar e outros sistemas (e.g., família alargada, amigos, outras famílias, serviços), num movimento de abertura da família ao exterior que contraria o movimento centrípeto a que a díade conjugal tinha estado sujeita. Esta alarga-se à tríade e os dois adultos têm que, simultaneamente, manter e alimentar a conjugalidade e cuidar e socializar os filhos, permitindo-lhes uma autonomia crescente com o passar dos anos (Alarcão, 2006; Relvas, 2004).

Esta tarefa de educar e socializar o novo ser implica que pai e mãe consigam articular-se de forma a definirem um modelo educacional único, partindo, desde logo, das aprendizagens feitas nas famílias de origem (Alarcão, 2006). Quando pai e mãe não conseguem dar lugar a um *nós parental*, que trabalha em conjunto para um mesmo objectivo, é provável que surjam tensões que podem ser resolvidas por meio de uma triangulação rígida ou de uma coligação. A parentificação é frequente quando um ou ambos os progenitores não conseguem desempenhar o seu papel parental. A construção da parentalidade é, contudo, mais simples quando a representação da parentalidade original se reporta a emoções e lembranças positivas, isto é quando os pais se sentiram filiados mas, ao mesmo tempo, lhes foi autorizado o crescimento e a autonomização pessoal (Bowen, 1984, *in* Alarcão 2006).

É no seio da família que a criança desenvolve, pois, as suas competências sociais, isto é, um conjunto de habilidades que emergem nas relações sociais e que são essenciais para que estas se processem de forma saudável. A competência social engloba um conjunto de competências como empatia, altruísmo, assertividade ou cooperação (Ceconello & Koller, 2000; Crockenberg & Litman, 1990, *in* Alvarenga & Piccinini, 2006). Com os irmãos, a criança aprende a disputar e a competir entre iguais, a partilhar, a ser solidário, a negociar e a resolver conflitos. Com os pais aprende coisas diferentes, já que há uma hierarquia que está previamente estabelecida e que é preciso respeitar. Assim, é com os pais que aprende a desenvolver e a manter relações verticais, que se vão flexibilizando com o passar dos anos para dar lugar à negociação e a uma cada vez maior oscilação das posições

*one-up* e *one-down*. É com os pais que aprende que há regras e limites e é também com eles que testa os limites, fazendo aprendizagens e ganhando uma segurança que depois alarga ao ecossistema em que a se insere.

Para que os pais possam ajudar os filhos a desenvolver competências sociais é necessário que também eles as tenham desenvolvido (Del Prette & Del Prette, 2000, *in* Cia, Pereira, Del Prette & Del Prette, 2006). Silva (2000, *in* Cia et al., 2006) considera essencial que os pais recorram ao diálogo, à expressão de sentimentos (de agrado e desagrado), à expressão de opiniões, à solicitação adequada de mudança de comportamento, ao cumprimento de promessas, à negociação, ao estabelecimento de regras, ao saber dizer “não” e ao reconhecimento dos seus erros, à capacidade de pedir desculpas, numa articulação permanente entre ambos os progenitores. Práticas educativas contingentes permitem à criança prever o comportamento dos pais e, desta forma, organizar o seu repertório comportamental; no entanto, muitas vezes os pais não usam adequadamente técnicas de reforço positivo (que conotam positivamente os comportamentos desejados) nem utilizam de forma apropriada as técnicas punitivas (capazes de extinguir os comportamentos desadequados) (Patterson, Reid & Dishion, 1992, *in* Alvarenga & Piccinini). Hoffman (1975, 1994, *in* Cecconelo, De Antoni & Koller, 2003) refere as vantagens do uso de estratégias indutivas, como explicações e negociações, que permitem à criança perceber as consequências do seu comportamento e compreender as necessidades de mudança, ajudando-a a auto-regular-se e a adquirir uma maior competência social. Pelo contrário, a inconsistência do comportamento parental pode estar na base de problemas de comportamento (Patterson, 1982), sendo essa uma situação frequente nas famílias de risco

Assim sendo, a possibilidade de conhecer e avaliar as práticas parentais vigentes em cada família, principalmente nos contextos de risco, torna-se essencial, no sentido de detectar fragilidades que podem ser alteradas e potencialidades que podem ser maximizadas e utilizadas de forma a suprir eventuais vulnerabilidades. O exercício de uma parentalidade saudável e positiva resultará no desenvolvimento de pessoas saudáveis. Esta avaliação das práticas parentais pode ser realizada através de entrevistas semi-estruturadas e/ou da observação das interações entre a(s) figura(s) parental(ais) e a criança, mas pode também ser feita através de instrumentos estandardizados como questionários ou inventários. Apesar da sua utilidade,

dispomos ainda de muito poucos instrumentos de avaliação das práticas parentais validados para Portugal, especialmente no que toca à população de risco. Este trabalho apresenta-se como um contributo nesse sentido, ao traduzir e estudar as qualidades psicométricas de três novas escalas de avaliação das práticas parentais, positivas e disciplinares, e ao retomar a utilização de uma escala de avaliação da imprevisibilidade familiar. Ao efectuar um estudo com uma amostra de risco, recrutada numa Comissão de Protecção de Crianças em Risco, e com uma amostra da população geral, este estudo procura alargar o conhecimento sobre aspectos que podem constituir-se como vulnerabilidades parentais face às crianças.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1.1. Estilos parentais**

O estilo parental refere-se ao padrão global de atitudes parentais que, na interacção pais-filhos, geram um determinado clima emocional (Darling & Steinberg, 1993, *in* Ceconello et al., 2003). Na década de 60, Baumrind sugeriu três tipos de controlo ou estilo parental: o autoritário, o permissivo e o autoritativo (Brandenburg, Viezzer & Weber, 2003). Pais autoritários tendem a controlar e a avaliar o comportamento da criança de acordo com normas absolutas e indiscutíveis, não permitindo qualquer tipo de negociação acerca dos limites e do controlo estabelecido. Fazem um uso frequente de medidas punitivas perante comportamentos da criança que entrem em desacordo com o que julgam ser o correcto. Apresentam um baixo nível de envolvimento emocional. Pais permissivos tendem a não ser um modelo ou agente responsável por direccionar o comportamento da criança, assumindo-se como um recurso para a realização dos seus desejos. Não estabelecem qualquer tipo de limites nem utilizam qualquer tipo de estratégia punitiva e permitem que a criança tome decisões importantes, sozinhas. Estes pais apresentam também um baixo envolvimento emocional com os filhos. Pais autoritativos tendem a reconhecer a individualidade da criança e as suas capacidades e interesses, direccionam o comportamento dos seus filhos, encorajando-os e fazendo uso do diálogo para explicar as suas decisões. Apresentam grande envolvimento emocional com os filhos.

Em 1983, esta tipologia foi reformulada por Macoby e Martin que sugeriram duas dimensões fundamentais do comportamento parental: a

exigência (supervisão e disciplina) e a responsividade (suporte e envolvimento). A combinação destas duas dimensões origina quatro estilos parentais: autoritário (altos níveis de exigência e baixa responsividade), autoritativo (altos níveis de exigência e de responsividade), indulgente (baixos níveis de exigência e alta responsividade) e negligente (baixos níveis de exigência e de responsividade), sendo que estes dois últimos resultam da subdivisão do estilo permissivo e permitem perceber a variação da responsividade em pais não exigentes (Cecconello et al., 2003).

Schaefer (1959, *in* Barros, 1996) propõe um modelo de práticas educativas composto por dois binómios: amor vs hostilidade e autonomia vs controlo. As relações onde predomina a autonomia e a hostilidade caracterizam-se por distanciamento, indiferença e negligência; as relações onde predomina a hostilidade e o controlo são marcadas por exigência agressiva e autoritarismo; naquelas em que predomina o controlo e o amor há superprotecção e indulgência excessiva; as relações onde há amor e autonomia caracterizam-se pela democracia e cooperação.

Os filhos de pais autoritativos tendem a desenvolver maior optimismo uma vez que o facto de os pais tenderem a usar um modelo explicativo permite-lhes perceber o que fizeram de errado e apreender que os erros são temporários, específicos e mutáveis (Brandenburg et al, 2003). É também reconhecido que uma maior assertividade, maturidade, responsabilidade social e comportamento mais independente e empreendedor (Baumrind, 1967,1971, Baumrind & Black, 1967, *in* Brandenburg et al., 2003), um alto nível de competência psicológica e um baixo nível de disfunção comportamental e psicológica (Lamborn e cols., 1991, Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts & Dornbusch, 1994, *in* Brandenburg et al., 2003), uma maior capacidade de empatia e competência aos níveis instrumental e social (Darling & Steinberg, 1993, *in* Brandenburg et al., 2003), bem como um melhor desempenho escolar e uma maior utilização de estratégias adaptativas, estão associados a filhos de pais autoritativos.

Os filhos de pais autoritários costumam ter um rendimento escolar moderado ou bom mas tendem a apresentar pouca competência social. Caracterizam-se por comportamentos de internalização (e.g., retracção social, depressão e ansiedade) ou por comportamentos de externalização (e.g., agressão verbal ou física, destruição de objectos e mentira) (Oliveira e

cols., 2002, *in* Brandenburg, Prado, Viezzer & Weber, 2004) e apresentam baixa auto-estima (Gecas, 1979, Demo et al., 1987, *in* Montandon, 2005). A investigação tem salientado a transmissão transgeracional do estilo autoritário (Oliveira e cols., 2002, *in* Brandenburg et al., 2003).

Os resultados mais negativos estão associados ao estilo parental negligente, verificando-se um desempenho mas baixo em vários domínios, nomeadamente baixo rendimento escolar e baixa auto-estima. Podem ainda apresentar problemas comportamentais e afectivos e um desenvolvimento mais retardado (Quintin, 2001, *in* Brandenburg et al., 2004) devido à falta de estimulação, de responsividade e de exigência por parte dos pais.

Dwairy (2008) encontrou uma elevada correlação entre inconsistência do comportamento parental e sintomas de perturbação psicológica, com valores tão mais elevados quanto maior for a proximidade relacional entre pais e filhos. Não encontrou relação significativa entre estilo parental autoritário e desenvolvimento de sintomas de perturbação psicológica. Também não encontrou qualquer relação entre o estilo autoritário e inconsistência parental.

Relativamente ao desenvolvimento de valores (Schwartz & Bilsky, 1987, *in* Lopes & Teixeira, 2005)<sup>1</sup>, a auto-determinação, mais relacionada com um pensamento independente e autonomia, é mais valorizada por filhos de pais de autoritários e autoritativos; filhos de pais autoritários apresentam valores mais elevados na realização e poder social; filhos de pais negligentes apresentam menos propensão para a segurança; a conformidade parece ser apanágio de filhos de pais autoritativos, o mesmo acontecendo com a tradição; a benevolência, apresentou o resultado mais baixo em filhos de pais negligentes e o universalismo é mais valorizado por filhos de pais autoritativos; relativamente ao hedonismo não parece haver, segundo os autores, diferenças significativas entre os filhos de pais com diferentes estilos.

Apesar das regularidades encontradas e que estão subjacentes à

---

<sup>1</sup> Schwartz e Bilsky (1987) propuseram um modelo de valores que foi sendo actualizado ao longo dos anos e que actualmente postula que os valores podem ser agrupados em dez grandes temas motivacionais: o hedonismo, a auto-realização, o poder social, a auto-determinação, a conformidade, a benevolência, a segurança, a integridade, a tradição, a estimulação e a filantropia.

caracterização dos diferentes estilos e à explicitação das suas consequências, na análise das práticas parentais é importante não ignorar as singularidades de cada família (Bee, 1996).

## 1.2. Práticas disciplinares parentais

As práticas parentais são estratégias utilizadas pelos pais para atingir objectivos específicos em determinados domínios, sob certas circunstâncias e contextos (Hart, Nelson, Robinson, Olsen & McNeilly-Choque, 1998, *in* Ceconello et al., 2003). Têm como objectivos suprimir comportamentos desadequados e incentivar a ocorrência de comportamentos adequados (Alvarenga, 2001, *in* Brandenburg et al., 2004).

Alvarenga e Piccinini (2007) diferenciam dois grandes tipos de práticas parentais: coercivas e não coercivas. Hoffman (1960, *in* Ceconello et al., 2003), na mesma linha de pensamento, distingue entre métodos ou práticas coercivas e práticas indutivas. As práticas coercivas referem-se a punições verbais, físicas, privação de algo, coacção. Geralmente, a punição “ (...) pára imediatamente [o comportamento], ajudando a criar a ilusão de que a punição realmente cumpre a sua tarefa” (Sidman, 2001, *in* Salvador & Weber, 2005, p.344). No entanto, a punição não funciona a longo prazo acarretando graves consequências tais como violência, agressão, depressão, inflexibilidade emocional e intelectual (*in op. cit.*). Práticas coercivas levam, pois, a que o controlo do comportamento seja baseado em sanções externas e ensinam que a violência é uma forma válida de resolução de problemas. Geram sentimentos de fracasso, enfraquecem a auto-estima e a auto-confiança, para além de que destroem a relação entre pais e filhos fazendo com que os últimos temam os primeiros (Sidman, 2001, *in op. cit.*).

As práticas não coercivas ou indutivas direccionam a atenção da criança para as consequências que o seu comportamento tem para si e para os outros e apoiam-se em explicações sobre as regras, os princípios, os valores. Quando a criança sente que vive num clima caloroso, de afecto e apoio, compreende melhor os valores dos pais e segue as suas orientações por saber que eles o fazem por preocupação e afecto (Cavell, 2000, *in* Salvador & Weber, 2005). Desta forma, reforça-se a importância do diálogo enquanto base das práticas indutivas.

Numa investigação desenvolvida por Silveiras e Toni (*in* Salvo,

Silvares & Toni, 2005), com crianças brasileiras entre os onze e os treze anos, verificou-se que o abuso físico, a punição inconsistente, uma disciplina relaxada que não obriga ao cumprimento das regras estabelecidas, a monitorização negativa e a negligência se associam ao desenvolvimento de comportamento anti-social. Pelo contrário, a monitorização positiva e o comportamento moral associam-se a comportamentos pró-sociais. Confirmou-se que uma monitorização negativa, caracterizada pelo uso de um tom hostil e falta de confiança entre pais e filhos, é um bom de preditor de comportamentos de internalização ou de externalização, como forma de fuga a estas situações de controlo disfuncional, conduzindo a respostas desadequadas da criança para com os pais que, posteriormente, podem alastrar-se a outros contextos como a escola. Embora a monitorização negativa ou o descuido na disciplina sejam problemáticos, os piores resultados surgem associados à negligência que se correlaciona fortemente com o aparecimento de comportamentos anti-sociais.

Estes resultados são corroborados pelo estudo de Alvarenga e Piccinini (2007) que evidenciaram a relação entre práticas facilitadoras (orientação, sensibilidade, controlo assertivo e envolvimento positivo) e competência social, por um lado, e práticas coercivas e não contingentes (controlo coercivo e ambíguo, intrusividade e permissividade) e comportamentos de externalização, por outro. A obediência pode ser estimulada por práticas de carácter coercivo pelo que o seu uso moderado e consistente pode favorecer o desenvolvimento social.

Alguns outros estudos mostram que filhos de pais que usam a punição física, particularmente se tiverem um temperamento difícil ou uma predisposição para a agressão, facilmente se tornarão violentos com os pares e com os pais (Berkowitz, 1973, Parke & Slaby, 1983, Strauss, 1991, *in* Bernstein, Cassel & Erlbaum, 2007). A punição física, conjuntamente com a inconsistência disciplinar, aumenta bastante a probabilidade do jovem incorrer em comportamentos anti-sociais (Broidy, 1995, Burton et al., 1995, Viemero, 1996, *in* Cassel & Bernstein, 2007). Há pais que reforçam mesmo os comportamentos anti-sociais dos filhos pela não monitorização das suas actividades, dentro e fora de casa, pela ausência de reforço positivo de comportamento pró-social e pela não punição de atitudes e comportamentos anti-sociais. Estes pais tendem a responder de forma agressiva e violenta aos

comportamentos indesejados e quando são alvo de violência por parte dos filhos não se impõem, dando aos filhos a ideia de que podem sair impunes deste tipo de atitudes (Patterson, 1976,1986, Patterson, DeBaryshe & Ramsey, 1989, *in* Cassel & Bernstein, 2007).

## **II – Objectivos do estudo**

Este estudo pretende ser um contributo para a área da protecção da infância, sendo que a avaliação da interacção entre pais e filhos e a avaliação das práticas parentais se afiguram aí como primordiais. Sendo relevante dispor de instrumentos de avaliação das práticas parentais, é também importante conhecer possíveis diferenças e similitudes entre famílias de risco e famílias sem risco psicossocial no que às referidas práticas diz respeito, procurando perceber se algumas variáveis sócio-demográficas se associam de forma mais ou menos significativa a certo tipo de práticas parentais ou à existência ou inexistência de risco.

A avaliação realizada neste estudo não se reporta à observação do comportamento parental mas, antes, ao conhecimento da percepção que os pais têm das suas práticas parentais, nomeadamente da atitude perante a disciplina, do uso de práticas parentais positivas, de consistência disciplinar ou, pelo contrário, da existência de imprevisibilidade no seu comportamento.

Neste estudo exploraram-se duas grandes questões:

1- Os dois grupos (amostra de risco e amostra da população geral) distinguem-se no que diz respeito à percepção que as figuras parentais têm das práticas parentais utilizadas?

2- De que forma é que a idade, o estado civil e o estatuto sócio-económico se associam às práticas parentais percebidas pelos participantes dos dois grupos em estudo?

## **III – Método**

### **3.1. Amostra**

Participaram nesta investigação, de forma voluntária e informada, 179 pais e mães com filhos entre os 8 e os 18 anos, provenientes da região Centro do País (Coimbra e Tondela). Cento e trinta e quatro participantes foram recrutados de entre a população geral e os quarenta e cinco são considerados pais de risco. Foram, contudo, excluídos dez questionários de

pais da população geral que responderam afirmativamente à questão de despiste de possível risco psicossocial. Outros quatro questionários foram também excluídos por não estarem preenchidos correctamente ou na totalidade.

Considerou-se como critério de despiste de possível risco o facto de os pais já terem contactado, ou recebido ajuda, por causa dos seus filhos, por parte do Tribunal de Família e Menores, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, de serviços de Psiquiatria ou Psicologia

A amostra utilizada neste estudo é então composta por 165 participantes, 120 integrando a amostra da população geral (APG) e 45 a amostra de risco (AR).

De acordo com o quadro 1 verifica-se que os participantes, em ambos os grupos, são maioritariamente do sexo feminino, sendo essa diferença mais acentuada na amostra de risco. [ $\chi^2(1)=5.809, p=0.016$ ].

Maioritariamente inserem-se na faixa etária dos 30-49 anos, pertencendo mais de metade dos participantes da população geral (52.5%) à faixa etária dos 40-49 anos e 40.0% dos participantes da amostra de risco à faixa dos 30-39 anos. Analisando as diferenças entre as amostras relativamente à sua composição etária verifica-se que as mesmas não são equivalentes [ $\chi^2(3)= 14.089, p 0.003$ ].

Em relação às habilitações literárias, no grupo da população geral a maioria dos participantes situa-se entre o 2º ciclo (35.8%) e o 3º ciclo (31.7%) de estudos, havendo um ainda relevante número de licenciados (20.8%). Na amostra de risco, grande parte dos sujeitos tem o ensino básico (46.7%) ou o 2º ciclo (44.4%). As duas amostras são estatisticamente diferentes no que diz respeito ao grau de instrução [ $\chi^2(7)=49.988, p=0.000$ ]

No que diz respeito à situação profissional, a esmagadora maioria dos inquiridos da população geral tem uma ocupação profissional (85.8%), enquanto na amostra de risco é quase equiparável o número de sujeitos com (51.1%) e sem actividade profissional (48.9%), sendo as diferenças entre amostras estatisticamente significativas [ $\chi^2(1)= 21.860, p=0.000$ ]

No que diz respeito ao nível sócio-económico, na amostra de risco não existe nenhum sujeito pertencente a um nível sócio-económico<sup>2</sup> elevado e 95.6% pertence ao nível baixo; na amostra da população geral, embora

---

<sup>2</sup> Classificação de nível sócio-económico de Simões, M.(1994)

58.3% dos sujeitos pertença ao nível sócio-económico baixo, existem 37 (30.8%) sujeitos no nível médio e 13 (10.8%) no elevado, distinguindo-se, assim, ambas as amostras [ $\chi^2(2)=21.138, p=0.000$ ].

Finalmente, em relação ao estado civil, os participantes da população geral são quase todos casados (95%) enquanto na amostra de risco os participantes se dividem pelas quatro condições consideradas (37.8% são casados, 31.1% são solteiros 24.4% são divorciados e 6.7% são viúvos), verificando-se, também a este nível, uma não equivalência das amostras [ $\chi^2(3)=69.320, p=0.0000$ ].

**Quadro 1.** Caracterização sócio-demográfica da amostra global

Características	Amostra pop. Geral (120)		Amostra de risco (45)	
	N	%	N	%
<b><u>Sexo</u></b>				
Feminino	85	70,8	40	88,9
Masculino	35	29,2	5	11,1
<b><u>Idade</u></b>				
20 a 29	0	0	4	8,9
30 a 39	42	35,0	18	40,0
40 a 49	63	52,5	15	33,3
50 ou mais	15	12,5	8	17,8
<b><u>Habilitações literárias</u></b>				
analfabeto	0	0	1	2,2
1º ciclo	9	7,5	21	46,7
2º ciclo	43	35,8	20	44,4
3º ciclo	38	31,7	2	4,4
Bacharelato	2	1,7	1	2,2
Licenciatura	25	20,8	0	0
Mestrado	2	1,7	0	0
Doutoramento	1	0,8	0	0
<b><u>Situação profissional</u></b>				
sim	103	85,8	23	51,1
não	17	14,2	22	48,9
<b><u>Nível sócio-económico</u></b>				
Baixo	70	58,3	42	95,6
Médio	37	30,8	2	4,4
Elevado	13	10,8	0	0
<b><u>Estado civil</u></b>				
solteiro/a	0	0	14	31,1
casado/a	114	95,0	17	37,8
viúvo/a	1	0,8	3	6,7
divorciado/a	5	4,2	11	24,4

### 3.2. Instrumentos

O protocolo de investigação integrou um questionário para caracterização da amostra, construído para este estudo, e três questionários de avaliação das práticas parentais (anexo 1).

#### Questionário de caracterização da amostra

Constituído por diversas questões, permitiu recolher os seguintes dados: sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional, estado civil de ambos os pais e constituição e características do agregado familiar. Foi colocada uma questão para informação sobre a possível rede de apoio formal e uma última relativa ao contacto actual, ou passado, com entidades ou serviços judiciais, sociais, psicológicos e comissões de protecção de crianças e jovens.

#### **Atitudes Parentais face à Disciplina – *Parental Attitudes Toward Discipline – Chicago Youth Development Study* (Tolan, Gorman-Smith & Henry, 2000) (trad. Alarcão, Sousa & Pereira, 2009)**

Esta é uma escala de auto-resposta, constituída por doze itens que avaliam a percepção dos pais acerca da eficácia da disciplina que usam com os filhos bem como das suas consequências no comportamento dos mesmos. Para cada item o sujeito responde numa escala *Likert*, de três pontos: 1 (quase nunca), 3 (às vezes) e 5 (frequentemente).

As duas sub-escalas (evitamento, itens 1 a 7, e eficácia, itens 8 a 12) cotam-se independentemente: na sub-escala de evitamento invertem-se os itens e calcula-se a média das pontuações obtidas; para cotar a escala de eficácia, invertem-se os itens 8 a 10 e faz-se a média dos itens 8 a 12. Resultados elevados correspondem a um menor evitamento e a uma maior eficácia nas práticas parentais utilizadas.

Embora não tenhamos podido aceder a uma informação mais detalhada sobre a fundamentação e estudo do instrumento, os autores referem que o mesmo apresenta uma consistência interna de .84 (Behrens, Dahlberg, Swahn & Toal, 2005).

#### **Práticas Parentais Positivas (versão pais) – *Positive Parenting Practices – Chicago Youth Development Study* (Tolan, Gorman-Smith & Henry, 2000) (trad. Alarcão, Sousa & Pereira, 2009)**

Esta é uma escala de auto-resposta, constituída por seis itens, que avalia a frequência com que os pais recompensam os filhos pelos seus bons comportamentos, através de elogios, beijos, abraços, privilégios especiais, entre outros comportamentos. Cada um dos itens deve ser respondido de acordo com uma escala *Likert* de três pontos: 1 (quase nunca), 3 (às vezes) e 5 (frequentemente). Relativamente à cotação, somam-se os valores indicados pelo respondente e divide-se este valor pelo número total de itens (no caso, 6). Os resultados poderão variar entre 1 e 5. Resultados elevados indicam uma maior consciencialização, por parte dos pais, do que são práticas parentais positivas e uma maior utilização das mesmas.

Embora não tenhamos podido aceder a uma informação mais detalhada sobre a fundamentação e estudo do instrumento, os autores referem que o mesmo apresenta uma consistência interna de .84 (Behrens et al., 2005).

**Consistência disciplinar (versão pais) – *Consistency of Discipline – Rochester Youth Development Study* (Stern, Smith & Jang, 1999, adaptado de Krohn, Stern, Thornberry & Jang, 1992) (trad. Alarcão, Sousa & Pereira, 2009)**

É uma escala de auto-resposta constituída por sete itens que pretendem avaliar a extensão em que os pais mantêm a consistência das decisões disciplinares tomadas. Cada item deve ser respondido de acordo com uma escala *Likert* de quatro pontos: 1(nunca), 2 (raramente), 3 (às vezes) e 4 (muitas vezes). Relativamente à cotação, somam-se os valores indicados pelo respondente e divide-se este valor pelo número total de itens (no caso, 7). Os resultados poderão variar entre 1 e 4. Resultados elevados indicam uma maior inconsistência no que diz respeito às práticas parentais.

Embora não tenhamos podido aceder a informação mais detalhada sobre a fundamentação e estudo do instrumento, os autores referem uma consistência interna de .85 (Behrens et al., 2005).

**Escala de imprevisibilidade familiar – *The family unpredictability scale* (FUS) (L. Ross & H. Hill, 2000) (versão portuguesa de Gaspar & Alarcão, 2003)**

Esta é uma escala de auto-resposta constituída por vinte e dois itens que pretendem avaliar o grau de imprevisibilidade presente na rotina familiar. Cada item deve ser respondido de acordo com uma escala *Likert* de cinco pontos: 1 (de forma alguma), 2 (um pouco), 3 (moderadamente), 4 (bastante), 5 (totalmente), havendo a possibilidade de assinalar um outro ponto sempre que a questão não se aplica. A escala apresenta quatro factores: disciplina (consistência na forma como se disciplina, nomeadamente nas punições aplicadas) – itens 5,8,10,12,15,18 e 22; dinheiro (consistência no orçamento familiar) – itens 4,9 e 21; refeições (consistência nos horários, em quem prepara as refeições e em quem usufrui delas) – itens 2,6,13,17 e 20; acto de cuidar (consistência nos afectos, nas demonstrações de carinho, nos actos de cuidar) – itens 1,3,7,11,14,16 e 19.

A cotação é feita, invertendo os itens assinalados para o efeito (1,2,3,7,9,11,13,14,16,19); posteriormente faz-se o somatório geral (FUS geral) e os somatórios para cada uma das sub-escalas. O estudo português relativo à FUS apresentou uma consistência interna para a escala total de .81, para a sub-escala disciplina de .77, para a sub-escala cuidar .71, para a sub-escala refeições .55 e para a sub-escala dinheiro .70.

### **3.3. Procedimentos de investigação**

Após o contacto solicitando a autorização para a utilização dos instrumentos, procedeu-se à necessária tradução e retroversão das escalas supracitadas, com excepção da FUS. Seguidamente deu-se início à recolha da amostra. A amostra de pais de risco foi recolhida numa CPCJ da região centro, tendo as escalas sido aplicadas directamente aos participantes. A amostra da população geral foi recolhida através dos filhos, numa escola da região centro, após autorização da direcção da escola, ou entregues directamente aos pais. A todos os pais foi feita a apresentação do estudo, explicitando-se os objectivos da investigação e a colaboração esperada. Foi garantido o anonimato das respostas. Após a recepção de todos os protocolos, procedeu-se à selecção dos questionários considerados válidos para esta investigação.

Para o tratamento estatístico dos dados, foi utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 17.0).

O estudo das qualidades psicométricas dos instrumentos foi feito recorrendo ao cálculo do  $\alpha$  de Cronbach, para avaliar a consistência interna de escalas e sub-escalas, e do coeficiente de correlação de Pearson para avaliação da associação de sub-escalas entre si (validade de constructo da APFD e a FUS).

Para além do recurso a estatísticas descritivas relativas a cada uma das condições das variáveis em estudo, recorreu-se à estatística não paramétrica *U de Mann-Whitney*, dado que a população não segue a distribuição normal. Posteriormente analisou-se a relação entre algumas variáveis sócio-demográficas (idade, estado civil, nível sócio-económico) e as variáveis dependentes, através do *Rho de Spearman*, e, por fim, recorreu-se à regressão linear múltipla, através do método *enter*, no sentido de prever a direcção das relações estabelecidas através da correlação.

#### **IV - Resultados**

Pelo facto de a maior parte dos instrumentos do protocolo de investigação estar a ser objecto de estudo pela primeira vez, começaremos por apresentar os resultados relativos às suas qualidades psicométricas, nomeadamente a consistência interna e a validade de constructo. Posteriormente passaremos ao estudo das diferenças existentes entre as duas amostras no que toca à percepção parental das suas práticas parentais. Finalmente, reportamos os resultados respeitantes ao estudo da associação entre as variáveis idade, estado civil e estatuto sócio-económico e as práticas parentais e do valor preditivo das mesmas.

##### **4.1. Fidelidade: estudo da consistência interna das escalas**

A consistência interna dos vários instrumentos utilizados foi calculada através do  *$\alpha$  de Cronbach*. Calculou-se a consistência interna geral das escalas, a consistência interna retirando item a item e, para aquelas escalas que contêm sub-escalas, também foi calculada a consistência interna por sub-escala.

**Quadro 2.** Valores de consistência interna para as escalas e sub-escalas

Escalas	$\alpha$ deCronbach	Média da correlação inter-item
<b>APFD</b>	.725	-
- evitamento	.614	.182
- eficácia	.653	.280
<b>PPP (6 itens)</b>	.691	.277
<b>CD(7 itens)</b>	.425	.096
<b>FUS</b>	.804	-
- cuidar	.680	.243
- refeições	.598	.226
- disciplina	.701	.249
-dinheiro	.644	.380

Segundo George e Mallery (2003), idealmente, o valor do  $\alpha$  de Cronbach deve ser igual ou superior a .70. Na escala Atitudes Parentais face à Disciplina e na Escala de Imprevisibilidade Familiar os valores de  $\alpha$  são superiores a .70 e o valor da escala de Práticas Parentais Positivas é muito próximo do ideal; somente a escala de Consistência Disciplinar se encontra abaixo do desejável. No entanto, e segundo Briggs e Cheek (1986), o  $\alpha$  de Cronbach é muito sensível à dimensão da escala, pelo que, em escalas pequenas, com menos de 10 itens, tende a ser inferior a .70, devendo apresentar-se a média da correlação inter-item que, idealmente, se deve encontrar entre .20 e .40. O valor da escala de Práticas Parentais Positivas embora não satisfaça na totalidade o primeiro critério, satisfaz o segundo critério. A escala de Consistência Disciplinar não preenche satisfatoriamente nenhum dos critérios pelo que podemos afirmar que, pelo menos neste estudo, é a única que parece não avaliar o constructo que é suposto que a escala meça.

Relativamente às sub-escalas os valores encontram-se todos próximos do valor desejável de .70. No entanto, e para confirmar estes valores, e porque as sub-escalas são compostas por menos de 10 elementos, calcularam-se a médias das correlações inter-item: quase todas as sub escalas apresentam valores que se enquadram entre .20 e .40.

À exceção da escala de Consistência Disciplinar, onde a eliminação dos itens 3 e 4 eleva o valor de  $\alpha$  (quadro 3A, anexo 2), em nenhuma outra se verifica tal situação (quadros 1A, 2A e 4A, anexo 2) pelo que as restantes escalas foram mantidas na versão anteriormente apresentada.

Dado o valor de consistência interna não satisfatório obtido pela

escala de Consistência Disciplinar, e após a verificação de que a eliminação dos itens 3 e 4 aumentaria este valor, procedeu-se à exclusão destes mesmos itens e posterior análise da fidelidade da escala. Desta vez obteve-se um *alpha* de .67, sendo o valor da média da correlação inter-item, de .29, sendo que este último valor já se centra no intervalo esperado de .20 e .40. Como o valor da consistência interna não é satisfatório e dado que ao retirar os dois itens a escala fica reduzida a apenas 5 itens, decidiu-se retirar o instrumento do estudo. Os itens 3 (“Quando o seu filho é castigado, com que frequência é que o castigo resulta?”) e 4 (“Com que frequência sente que pode corrigir o comportamento do seu filho?”) parecem ser difíceis de entender pelos respondentes o que pode ter conduzido a respostas enviesadas que não correspondem ao que verdadeiramente pensam acerca da questão, avaliando outro tipo de constructo. Por outro lado, a avaliação solicitada por estes dois itens é muito mais abstracta e subjectiva do que a solicitada pelos restantes itens o que pode também contribuir para a dificuldade sentida. Por todos estes aspectos, seria conveniente uma revisão do instrumento.

#### 4.2. Validade: estudo da validade de constructo e discriminante

Relativamente à escala de Atitudes Parentais Face à Disciplina (APFD), as correlações entre o total da escala e as respectivas sub-escalas e entre as últimas são estatisticamente significativas, sendo que os valores mais elevados são os que representam a associação entre cada uma das sub-escalas e o resultado total da escala, apresentando correlações que se podem considerar altas (quadro 3).

**Quadro 3.** Validade de constructo APFD

	APFD Geral	APFD Evitamento	APFD Eficácia
APFD Geral	-	.859 (**)	.826 (**)
APFD Evitamento	.859 (**)	-	.420 (**)
APFD Eficácia	.826 (**)	.420 (**)	-

(\*\*)  $p < .01$

Em relação à escala de Imprevisibilidade familiar (FUS) (quadro 4), as correlações entre a escalas e sub-escalas são estatisticamente significativas, variando entre o moderado e o alto. Entre as sub-escalas as correlações oscilam entre o moderado (dinheiro e disciplina) e o muito baixo (cuidar e dinheiro).

Quadro 4. Validade de constructo FUS

	Fus Geral	Fus Cuidar	Fus Refeições	FusDisciplina	FusDinheiro
FusGeral	-	.705(**)	.698(**)	.759(**)	.650(**)
Fus Cuidar	.705(**)	-	.368(**)	.304(**)	.189(*)
Fus Refeições	.698 (**)	.368(**)	-	.323(**)	.394(**)
Fus Disciplina	.759(**)	.304(**)	.323(**)	-	.423(**)
Fus Dinheiro	.650(**)	.189(*)	.394(**)	.423(**)	-

(\*\*)  $p < .01$ (\*)  $p < .05$ 

A validade discriminante foi analisada através da comparação entre as duas condições em estudo, pais de risco e pais da população geral (quadro 5). Os resultados demonstram que os instrumentos são capazes de discriminar entre ambas as condições. Apenas a escala de Prática Parentais Positivas (PPP) e a sub-escala refeições da FUS apresentam uma diferença que não é estatisticamente significativa.

#### 4.3. Percepção das práticas parentais na amostra de risco e na amostra da população geral

Como foi anteriormente referido, uma das questões de investigação visava o conhecimento das diferenças e das semelhanças entre as duas amostras em estudo, pais da população geral e pais de risco, nomeadamente no que diz respeito às atitudes parentais face à disciplina (APFD), às práticas parentais positivas (PPP) e à imprevisibilidade familiar (FUS).

De acordo com o quadro 5, um teste *U de Mann Whitney* confirmou a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas condições em estudo em quase todas as escalas.

Os pais da população geral apresentam médias mais elevadas ao nível das atitudes parentais face à disciplina ( $U=1066.500, p=0.00$ ), percepcionando ter uma atitude disciplinar eficaz e efectiva, com consequências adequadas ao comportamento da criança.

De forma semelhante, os pais da população geral percepcionam um maior uso de práticas parentais positivas ainda que, a este nível, as duas amostras não se distingam do ponto de vista estatístico

[PPP\( $\underline{U}=2243.500, p=0.92$ ).

Os pais considerados de risco, por seu turno, obtiveram resultados mais elevados na imprevisibilidade familiar ( $\underline{U}=1577.500, p=0.00$ ), o que significa que, genericamente, se percebem como mais imprevisíveis. Embora obtenham valores de imprevisibilidade sempre superiores, é apenas ao nível da disciplina ( $\underline{U}=1672.500, p=0.00$ ) e da gestão económica ( $\underline{U}=1269.000, p=0.00$ ) que se distinguem significativamente dos pais da amostra da população geral.

**Quadro 5.** Comparação de médias pais de risco/pais população geral em relação a práticas parentais

Escala e sub-escalas	Pais geral (n=120)	Pais risco (n=45)	U	p
	Média (DP)	Média (DP)		
APFD	53.20 (5.06)	46.17 (6.49)	1066.500	<b>0.00</b>
APFD Eficácia	22.06 (2.93)	18.42 (3.75)	1191.000	<b>0.00</b>
APFD Evitamento	31.13 (3.21)	27.75 (4.55)	1560.500	<b>0.00</b>
PPP	22.60 (4.35)	21.28 (5.46)	2243.500	0.92
FUS	41.60 (9.99)	50.64 (12.82)	1577.500	<b>0.00</b>
FUS Cuidar	14.75 (4.32)	16.55 (5.68)	2237.500	0.90
FUS Refeições	8.65 (3.14)	9.68 (4.16)	2402.000	0.27
FUS Disciplina	12.65 (4.14)	16.15 (5.60)	1672.500	<b>0.00</b>
FUS Dinheiro	5.54 (2.99)	8.24 (2.82)	1269.000	<b>0.00</b>

#### 4.4. Influência de variáveis sócio-demográficas na percepção e utilização das práticas parentais

Tendo verificado que o factor risco tem implicações na percepção e utilização das práticas parentais, procurou perceber-se se haveria alguma relação entre determinadas variáveis sócio-demográficas e as práticas parentais e qual o sentido dessa relação, tentando perceber se essas variáveis sócio-demográficas podem prever, ou não, as práticas parentais. De todas as variáveis sócio-demográficas disponíveis, seleccionaram-se a idade, as habilitações literárias e a situação profissional. A selecção destas variáveis prendeu-se com o grande número de referências bibliográficas que se referem à influência do estado civil, da idade e do nível sócio-económico nas

práticas parentais.

A partir da análise do quadro 6 verifica-se que, na amostra da população geral, a idade apenas se correlaciona com a faceta imprevisibilidade monetária ( $RS=-.183, p<0.05$ ), e de forma inversa, ou seja, o aumento da idade relaciona-se com uma diminuição da imprevisibilidade monetária, o que se comprova, no quadro 5A (anexo 2), onde pais entre os 30 e os 39 anos alcançam as médias mais elevadas. Parece então que pais mais novos se percebem como tendo um ambiente familiar mais imprevisíveis em termos monetários. Esta correlação, indica, no entanto, uma associação muito fraca. Embora em muitas outras facetas das práticas parentais, sejam também os mais novos que alcançam os valores mais elevados, vimos já que as correlações entre a idade e o resto das facetas não são significativas.

Na amostra de risco, a idade correlaciona-se, de forma fraca, com a imprevisibilidade geral ( $RS=.370, p<0.05$ ) e a imprevisibilidade ao nível das refeições ( $RS=.524, p<0.01$ ), sendo que esta última correlação se pode considerar moderada. Em ambos os casos, e contrariamente ao que acontece na população geral, são os sujeitos com 50 ou mais anos que alcançam as médias mais elevadas, percebendo-se como mais imprevisíveis no geral e no respeitante às refeições familiares (quadro 6A, anexo 2).

**Quadro 6.** Valores da correlação entre a idade e práticas parentais para a população geral e para a população de risco

Escalas e sub-escalas	Pais geral		Pais de risco	
	RS	sig	RS	sig
APFD	.023	.801	-.127	.405
APFD Eficácia	.105	.255	-.211	.163
APFD Evitamento	-.062	.503	-.043	.778
PPP	-.089	.335	-.176	.247
FUS	-.084	.369	.370	<b>.012</b>
FUS Cuidar	.043	.643	.139	.362
FUS Refeições	-.085	.355	.524	<b>.000</b>
FUS Disciplina	-.054	.558	.088	.567
FUS Dinheiro	-.183	<b>.045</b>	.291	.052

No respeitante à variável nível sócio-económico, verifica-se que, na amostra da população geral, ela se correlaciona de forma significativa com várias facetas, nomeadamente com as práticas parentais positivas

( $RS=.192, p<0.05$ ), embora a relação seja muito fraca (quadro 7): são os pais de um nível sócio-económico médio que apresentam as médias mais elevadas (quadro 7A, anexo 2). Da mesma forma, encontraram-se correlações significativas com a imprevisibilidade geral, ( $RS=-.361, p<0.01$ ) das refeições ( $RS=-.214, p<0.05$ ), da disciplina ( $RS=-.333, p<0.01$ ) e dinheiro ( $RS=-.485, p<0.01$ ), mas numa relação inversa, ou seja, pais de nível sócio-económico mais baixo percebem-se como mais imprevisíveis, obtendo as médias mais elevadas. Estas correlações estabelecidas caracterizam-se por ser fracas, excepto a correlação com a faceta dinheiro que é moderada.

Pelo contrário, na amostra de risco, o nível sócio-económico não se correlaciona significativamente com nenhuma das facetas das práticas parentais.

**Quadro 7.** Valores da correlação entre o nível sócio-económico e práticas parentais para a população geral e para a população de risco

Escala e sub-escalas	<i>Pais geral</i>		<i>Pais de risco</i>	
	RS	sig	RS	sig
<b>APFD</b>	.172	.060	.050	.744
<b>APFD Eficácia</b>	.155	.090	-.017	.913
<b>APFD Evitamento</b>	.122	.186	.097	.528
<b>PPP</b>	.192	<b>.035</b>	-.054	.722
<b>FUS</b>	-.361	<b>.000</b>	-.121	.430
<b>FUS Cuidar</b>	-.085	.359	-.062	.684
<b>FUS Refeições</b>	-.214	<b>.019</b>	-.038	.806
<b>FUS Disciplina</b>	-.333	<b>.000</b>	-.092	.549
<b>FUS Dinheiro</b>	-.485	<b>.000</b>	-.259	.086

A variável estado civil, na amostra da população geral não se correlaciona com nenhuma das facetas das práticas parentais (quadro 8). Na amostra de risco, o estado civil correlaciona-se apenas com as atitudes parentais face à disciplina ( $RS=.297, p<0.05$ ), mas de forma fraca, e são os divorciados que alcançam as médias mais elevadas, a este nível (quadro 10A, anexo 2).

**Quadro 8** Valores da correlação entre o estado civil e práticas parentais para a população geral e para a população de risco

Escala e sub-escalas	Pais geral		Pais de risco	
	RS	sig	RS	sig
APFD	-.043	.642	.297	<b>.047</b>
APFD Eficácia	-.038	.682	.176	.247
APFD Evitamento	-.039	.676	.234	.121
PPP	-.053	.566	-.086	.574
FUS	.066	.475	.066	.669
FUS Cuidar	.072	.434	-.005	.971
FUS Refeições	.108	.241	.131	.339
FUS Disciplina	.012	.894	-.053	.731
FUS Dinheiro	.049	.594	.148	.331

Procurando perceber se as práticas parentais podem ser preditas por estas mesmas variáveis, verifica-se que as três variáveis, em conjunto, predizem mais facetas das práticas parentais na amostra da população geral do que na amostra de risco (quadro 9). Nesta última apenas predizem a imprevisibilidade ao nível das refeições, explicando 20.1% da sua variabilidade. Na população geral, predizem as práticas parentais positivas (6.9% da variabilidade), a imprevisibilidade geral (13.6% da variabilidade), a imprevisibilidade ao nível da disciplina (9.2% da variabilidade) e imprevisibilidade monetária (21.8% da variabilidade).

**Quadro 9.** Valores do modelo enquanto preditor das práticas parentais

Escala e sub-escalas	Pmodelo	Pais geral	Pmodelo	Pais de risco
		R <sup>2</sup>		R <sup>2</sup>
APFD	0.395	0.025	0.184	0.110
APFD Eficácia	0.332	0.029	0.310	0.083
APFD Evitamento	0.448	0.023	0.338	0.078
PPP	<b>0.039</b>	0.069	0.244	0.096
FUS	<b>0.001</b>	0.136	0.140	0.124
FUS Cuidar	0.724	0.011	0.796	0.024
FUS Refeições	0.121	0.049	<b>0.025</b>	0.201
FUS Disciplina	<b>0.011</b>	0.092	0.482	0.058
FUS Dinheiro	<b>0.000</b>	0.218	0.132	0.127

Relativamente às variáveis tomadas individualmente, a idade que na população geral se correlaciona com a imprevisibilidade monetária, explica-a em 20.2% ( $\beta=-0.202, p<0.05$ ), numa relação inversa, sendo que pais mais

novos tendem a ser mais imprevisíveis monetariamente (quadro 10). As práticas parentais positivas são preditas por esta variável numa razão inversa, sendo que o aumento da idade explica, em 19%, a diminuição do uso de reforços e recompensas ( $\beta=-0.190, p<0.05$ ). Na amostra de risco, a idade correlaciona-se com a imprevisibilidade geral e das refeições e prediz estas mesmas facetas das práticas parentais de forma significativa, predizendo 33.6% da imprevisibilidade geral e 48.3% ( $\beta=-0.336, p<0.05$ ) da imprevisibilidade ao nível das refeições ( $\beta=-0.483, p<0.01$ ) (quadro 10).

**Quadro 10.** Idade como preditora das práticas parentais em ambas as amostras

Escala e sub- escalas	Pais geral				Pais de risco			
	$\beta$	p	t	f	$\beta$	p	t	f
APFD	-0.011	0.911	-0.112	1.002	-0.170	0.306	-1.037	1.690
APFD	0.082	0.384	0.873	1.150	-0.240	0.157	-1.440	1.232
Eficácia								
APFD	-0.092	0.334	-0.970	0.892	-0.044	0.791	-0.266	1.155
Evitamento								
PPP	-0.190	<b>0.042</b>	-2.060	2.884	-0.304	0.073	-1.837	1.444
FUS	-0.123	0.170	-1.381	6.112	0.336	<b>0.045</b>	2.065	1.926
FUS	0.015	0.876	0.157	0.441	0.142	0.412	0.828	0.341
Cuidar								
FUS	-0.096	0.305	-1.031	1.979	0.483	<b>0.003</b>	3.108	3.439
Refeições								
FUS	-0.093	0.312	-1.016	3.911	0.218	0.203	1.294	0.836
Disciplina								
FUS	-0.202	<b>0.019</b>	-2.388	10.784	0.094	0.567	0.578	1.979
Dinheiro								

Observando o quadro 11 verifica-se que a variável nível sócio-económico, na amostra da população geral, prediz as práticas parentais positivas ( $\beta=0.180, p<0.05$ ), explicando 18% da sua variabilidade, a imprevisibilidade geral ( $\beta=-0.329, p<0.01$ ) e a imprevisibilidade ao nível das refeições ( $\beta=-0.174, p=0.05$ ), da disciplina ( $\beta=-0.279, p<0.01$ ) e do dinheiro ( $\beta=-0.410, p<0.01$ ), explicando, respectivamente 32,9%, 27,9% e 41% da sua variabilidade. Numa razão inversa, pais de nível sócio-económico mais baixo tendem a ser mais imprevisíveis ao nível das refeições, da disciplina, do dinheiro e no geral (quadro 7A, anexo 2). A faceta refeições que se correlaciona com o nível sócio-económico, não é

predita por este. Pais de níveis sócio-económicos mais elevados percebem-se como fazendo uso de práticas parentais mais positivas. Tal como já tinha sido referido, na amostra de risco, o nível sócio-económico não se correlaciona e não prediz nenhuma das facetas das práticas parentais.

**Quadro 11.** Nível sócio-económico como preditor das práticas parentais em ambas as amostras

Escala e sub- escalas	Pais geral				Pais de risco			
	$\beta$	p	t	f	$\beta$	p	t	f
APFD	0.155	0.095	1.685	1.002	-0.090	0.584	-0.552	1.690
APFD Eficácia	0.130	0.159	1.417	1.150	-0.161	-0.973	0.336	1.232
APFD Evitamento	0.125	0.176	1.362	0.892	0.005	0.978	0.027	1.155
PPP	0.180	<b>0.047</b>	2.007	2.884	-0.093	0.577	-0.562	1.444
FUS	-0.329	<b>0.000</b>	-3.808	6.112	-0.092	0.576	-0.564	1.926
FUS Cuidar	-0.083	0.370	-0.900	0.441	-0.052	0.763	-0.304	0.341
FUS Refeições	-0.174	0.058	-1.918	1.979	0.046	0.767	0.298	3.439
FUS Disciplina	-0.279	<b>0.002</b>	-3.139	3.911	-0.036	0.831	-0.215	0.836
FUS Dinheiro	-0.410	<b>0.000</b>	-4.986	10.784	-0.307	0.065	-1.893	1.979

Relativamente ao estado civil (quadro 11), e à sua influência nas práticas parentais dos pais da amostra da população geral, verifica-se que esta variável não se correlaciona e não prediz nenhuma das facetas das práticas parentais. Na amostra de risco, apenas se apresenta como preditora de uma das escalas, a de atitudes parentais face à disciplina ( $\beta=0.380, p<0.05$ ), explicando 38% da sua variabilidade, um valor ainda significativo: são os pais divorciados aqueles que percebem uma maior eficácia das práticas parentais (quadro 10A, anexo 2).

**Quadro 11.** Estado civil como preditor das práticas parentais em ambas as amostras

Escala e sub- escalas	Pais geral				Pais de risco			
	$\beta$	p	t	f	$\beta$	p	t	f
<b>APFD</b>	-0.032	0.739	-0.334	1.002	0.380	<b>0.033</b>	2.210	1.690
<b>APFD</b> <b>Eficácia</b>	-0.042	0.659	-0.443	1.150	0.306	0.088	1.750	1.232
<b>APFD</b> <b>Evitamento</b>	-0.012	0.930	-0.122	0.892	0.290	0.106	1.653	1.155
<b>PPP</b>	-0.113	0.222	-1.229	2.884	-0.011	0.952	-0.061	1.444
<b>FUS</b>	0.055	0.538	0.618	6.112	-0.069	0.687	-0.405	1.926
<b>FUS</b> <b>Cuidar</b>	0.064	0.500	0.677	0.441	-0.018	0.922	-0.099	0.341
<b>FUS</b> <b>Refeições</b>	0.058	0.533	0.626	1.979	-0.112	0.495	-0.688	3.439
<b>FUS</b> <b>Disciplina</b>	0.027	0.772	0.291	3.911	-0.164	0.360	-0.925	0.836
<b>FUS</b> <b>Dinheiro</b>	-0.008	0.929	-0.089	10.784	0.212	0.222	1.241	1.979

### V - Discussão

A percepção que os pais da população geral e os pais da amostra de risco têm das suas práticas parentais é não só significativamente distinta como evidencia, com alguma consistência, que os pais de ambas as condições educam e interagem com os seus filhos de forma diferente, o que deverá repercutir-se no desenvolvimento das crianças.

Os pais da amostra de risco obtiveram médias mais elevadas na escala de imprevisibilidade familiar, o que vem ao encontro do que é geralmente afirmado pelos profissionais que, no terreno, acompanham estas famílias como pela literatura que se tem debruçado sobre as práticas parentais de famílias de risco. Resultados elevados nestas escalas significam uma grande imprevisibilidade na vida familiar, nomeadamente uma ausência de regras e rotinas no que diz respeito à gestão do orçamento familiar, às horas das refeições em família e às pessoas presentes, à forma como se disciplinam as crianças e como estas são cuidadas, fazendo antever um cenário familiar pouco regado ou mesmo caótico.

A esta imprevisibilidade familiar, somam-se os resultados baixos

obtidos pela amostra de risco no que diz respeito às atitudes parentais face à disciplina: estas traduzem um evitamento e hesitação no que concerne aos castigos perante comportamentos desadequados e uma consciência da ineficácia das práticas parentais utilizadas. Complementarmente, os pais de risco também se percebem como tendo menos práticas parentais positivas, em que comportamentos desejáveis são premiados e por isso mesmo reforçados.

Assim, as práticas parentais adoptadas pelos pais da amostra de risco, pelo menos tal como eles as percebem, parecem ser pautadas por inconsistência e hesitação, consciência de incapacidade e/ou utilização incorrecta de reforços e castigos, tudo isto num ambiente de grande imprevisibilidade patente em vários sectores a vida familiar.

Um tal quadro faz-nos pensar, de acordo com Macoby e Martin (1983), que estes pais poderão apresentar um padrão negligente de parentalidade, caracterizando-se por um envolvimento afectivo pouco consistente com a criança e uma monitorização quase nula do seu comportamento. Como foi referido, a existência de práticas parentais negligentes tem consequências negativas no desenvolvimento infantil, verificando-se frequentemente um baixo rendimento escolar, uma baixa auto-estima, problemas comportamentais, afectivos e psicológicos e um desenvolvimento mais retardado (Weber et al., 2004). É possível que, no seio desta inconsistência parental, surjam comportamentos coercivos, tais como punições verbais ou físicas, privação, coacção, que tendem a gerar violência e perturbação emocional na criança (Sidman, 2001, *in* Salvador & Weber, 2005).

Pelo contrário, os pais da população geral obtiveram médias mais elevadas nas atitudes parentais face à disciplina e nas práticas parentais positivas, percebendo um uso mais correcto de reforço de comportamentos desejados e punição de comportamentos desadequados e um papel mais assertivo e activo no que diz respeito à imposição de regras e limites, o que se traduz numa maior consciência da sua capacidade de intervir e moldar o desenvolvimento da criança. A estes resultados juntam-se os valores mais baixos ao nível da imprevisibilidade familiar que, neste caso, significam um ambiente familiar menos conturbado. Estes pais parecem, assim, poder fazer mais facilmente uso de práticas parentais

indutivas que se baseiam em explicações sobre as regras, princípios e valores, direccionando a atenção da criança para as consequências que o seu comportamento tem para si e para os outros (Cavell, 2000, *in* Salvador & Weber, 2005).

O facto de os pais de ambas as amostras não se perceberem de forma significativamente diferente no que diz respeito à utilização de práticas parentais positivas, fazendo crer que ambos usam algumas práticas positivas como elogios, beijos, bens materiais, privilégios, faz pensar que a maior dificuldade dos pais de risco pode estar exactamente na consistência do seu comportamento e na utilização coerente de regras educacionais adequadas ao nível de desenvolvimento e às características dos seus filhos. Os resultados elevados na FUS chamam ainda a atenção para a existência de um clima de caoticidade ou falta de consistência global do sistema familiar. É também importante realçar que, no âmbito deste estudo, não existe informação que permita perceber se as práticas parentais positivas percebidas estão ou não a ser utilizadas correctamente, reforçando comportamentos desejáveis e minimizando os indesejáveis.

No quadro das imprevisibilidades familiares, a amostra de risco e a amostra da população geral não se distinguem de forma significativa na sub-escala refeições da FUS, embora os pais de risco tenham apresentado uma média ligeiramente superior. Tendo em conta as exigências do mundo actual e da vida profissional, é cada vez mais recorrente a ausência de horários fixos para as refeições e cada vez menos possível fazer refeições em família pelo que essa pode ser uma explicação para os resultados observados. A este nível, seria interessante poder detalhar o estudo de forma qualitativamente mais aprofundada, no sentido de perceber se, mesmo podendo não haver diferenças quantitativamente relevantes, haverá, ou não, indicadores qualitativos de maior inconsistência e imprevisibilidade das famílias de risco no que diz respeito às rotinas e padrões alimentares das crianças.

Para além desta comparação geral, tentou perceber-se se haveria alguma relação entre determinadas variáveis sócio-demográficas e as práticas parentais bem como saber se estas variáveis poderiam ser preditoras das práticas parentais. Os valores das correlações mostraram que a influência das variáveis sócio-demográficas idade, nível sócio-económico e estado civil diferem significativamente nas duas populações, onde têm pesos distintos.

No entanto, e nos dois grupos, as variáveis sócio-demográficas não apresentam um peso muito significativo: para os pais da população geral o modelo apenas é estatisticamente significativo em quatro das escalas (práticas parentais positivas, imprevisibilidade geral e sub-escalas da disciplina e dinheiro), sendo melhor preditor da imprevisibilidade monetária; na amostra de risco, o modelo apenas é estatisticamente significativo ao nível da imprevisibilidade das refeições. Pode então concluir-se que as três variáveis, conjuntamente, não se apresentam como um grande preditor das práticas parentais, especificamente no grupo de risco, pelo que se conclui que as características sócio-demográficas, por si só, não constituem variáveis de relevo na determinação das práticas parentais.

Detalhando a relação destas três variáveis com as práticas parentais e a sua força enquanto preditores individuais das práticas parentais, verifica-se, em relação à idade, que o seu impacto não é muito forte em nenhuma das amostras, sendo que na amostra da população geral esta variável apenas se correlaciona com a imprevisibilidade económica, numa razão inversa ou seja, quanto menor a idade maior a imprevisibilidade familiar. Aqui a idade adquire um valor preditor (20% da variabilidade na imprevisibilidade económica) que pode ser entendido dada a inconstância nos primeiros anos de vida laboral, inconstância essa que é cada vez maior no que respeita a ter um trabalho estável e remuneração, sendo que uma maior estabilidade vai sendo conseguida com o passar dos anos. Curiosamente, este efeito não se verifica na amostra de risco aparecendo a idade apenas correlacionada com a imprevisibilidade geral e a imprevisibilidade quanto às refeições. Neste caso são os pais mais velhos que alcançam os piores resultados, eventualmente por estarem sujeitos a mais fontes de *stress*. Este resultado faz-nos pensar na importância que a existência de uma consistente rede de apoio pode ter na gestão da parentalidade, nomeadamente em situações de maior desafio familiar e parental.

Outra faceta das práticas parentais que não se correlaciona com a idade mas que é predita por esta, na amostra da população geral, é a das práticas parentais positivas, sendo os sujeitos mais novos que percebem um maior uso de reforços e estratégias educativas positivas. É possível que razões culturais e educativas estejam subjacentes a este resultado pois tem sido nos últimos anos que, no nosso País, a ideia da importância de uma

parentalidade positiva tem ganho força e tem sido mais sistematicamente afirmada.

O nível sócio-económico apresenta uma relação estatisticamente significativa com as práticas parentais percebidas pelos pais de forma diferente nos dois grupos. Na amostra da população geral, correlaciona-se com cinco facetas das práticas parentais, nomeadamente práticas parentais positivas, a imprevisibilidade geral e as sub-escalas refeições, disciplina e dinheiro. São os participantes do nível baixo que apresentam resultados mais elevados ao nível da imprevisibilidade e da inconsistência, os de nível elevado que apresentam uma atitude mais positiva relativamente às práticas parentais e os de nível médio que apresentam maior frequência de práticas parentais positivas.

Na amostra de risco, o nível sócio-económico não é bom preditor de nenhuma das facetas das práticas parentais, embora sejam os de nível mais baixo que evidenciam maior imprevisibilidade e inconsistência mas também práticas parentais positivas e evitamento. Estes resultados chamam uma vez mais a atenção para o *stress* a que uma família mais desafiada por múltiplas dificuldades pode estar sujeita, resultando essa tensão em eventuais dificuldades na promoção de uma parentalidade positiva. Os técnicos que trabalham com famílias de risco têm frequentemente a ideia de que os pais gostam das crianças, de que, muitas vezes, são carinhosos e as mimam. A inconsistência do comportamento parental, na dimensão dos afectos e das regras, é que parece ser sempre a dimensão mais frágil, muitas vezes suportada por ausência de modelos claros e/ou por uma centração excessiva nas necessidades e finalidades individuais dos pais. Ter menos recursos económicos muitas vezes implica ter uma habitação desadequada, muitas vezes em bairros também eles não adequados e com um maior nível de criminalidade, onde são menos os recursos sociais e onde o ambiente se caracterizam por maior caoticidade e *stress* (Brooks-Gunn,1995, McLoyd e Wilson,1991, *in* Bee, 1996). Os pais mais desfavorecidos em termos económicos, geralmente, conversam menos com os filhos, oferecem-lhes brinquedos menos estimulantes e adequados, passam menos tempo com eles a realizar actividades didácticas, são consistentemente menos carinhosos, por vezes mais rígidos, e utilizam mais frequentemente a punição física; são geralmente pais autoritários ou negligentes (Dodge et al., 1994, Sampon &

Laub, 1994, *in* Bee, 1996). É importante não esquecer que embora em ambos os grupos uma grande maioria dos sujeitos pertença ao nível sócio-económico baixo, é na amostra de risco que ele assume uma maior expressão.

O estado civil, tal como aconteceu com a idade não se apresenta como sendo um grande preditor das práticas parentais em nenhuma das amostras. Na amostra de risco, esta variável apenas surge relacionada e preditora das atitudes parentais face à disciplina, sendo que são os sujeitos divorciados que alcançam valores mais elevados, percebendo-se como tendo uma atitude mais eficaz e activa perante a educação dos filhos. Embora seja frequente referir-se a vulnerabilidade das famílias monoparentais e reconstituídas, num estudo acerca da monoparentalidade Vaz e Relvas (2007) concluem de que 30% das mães referem mais facilidades, nomeadamente mais estabilidade na educação dos filhos, assumindo-se que as responsabilidades educativas da maioria das mulheres são uma “extensão” das já assumidas antes da eventual ruptura familiar, havendo uma compensação directa entre os aspectos mais e menos positivos da monoparentalidade.

Pais de risco e pais da população geral diferem na forma como educam e interagem com os seus filhos ou, pelo menos, na percepção que têm da forma como educam ou consideram importante educar. A idade e o nível sócio-económico surgem como variáveis que podem explicar alguma variação dos resultados ainda que, por si só, não como factor de risco ou de protecção. Nesse sentido, parece importante que os técnicos que trabalham nesta área tenham em consideração uma pluralidade de variáveis e questões e não se deixem conduzir por estereótipos e ideias pré-definidas até mesmo porque cada pessoa e cada família é singular na sua constituição e na sua actuação.

### **Limitações do estudo**

O actual estudo encontrou, na sua realização, alguns obstáculos que se transformaram em limitações aquando da sua análise e conclusão.

Durante a recolha dos dados, com a amostra da população geral, os questionários foram entregues e devolvidos após o seu preenchimento, pelo que não se puderam controlar algumas variáveis situacionais passíveis de contaminar a investigação, tais como as respostas ao acaso. Por outro lado,

com o grupo de pais de risco, o preenchimento foi presenciado fazendo denotar, da parte dos respondentes, algumas dificuldades em entender as questões, podendo haver respostas dadas ao acaso. Para além disto, o facto de se estar num contexto em que estes pais se sentem postos em causa, pode aumentar a desejabilidade social e a necessidade de serem considerados bons pais, pelo que algumas das respostas podem ter sido dadas conforme o que consideram ser o que se espera deles e não conforme a sua actuação real. É aliás importante não esquecer que, neste estudo, não se estudaram práticas mas sim atitudes e percepções dos participantes relativamente às práticas parentais.

A diferença existente entre o número de sujeitos da amostra da população geral e da amostra de risco, as suas características completamente antagónicas e a sua distribuição muito variável por diferentes condições de algumas das variáveis não permitiram comparar as duas populações em relação a algumas dessas mesma variáveis.

Por fim, o facto de a amostra não seguir a distribuição normal, não permite alargar os resultados do estudo à população. Ele constitui, assim, um primeiro ensaio, exploratório, da possível utilidade de um conjunto de escalas na avaliação da forma como os pais percebem as suas práticas parentais. A continuação deste tipo de trabalho, e a possibilidade de alargá-lo no sentido de poder fazer um estudo mais aprofundado das qualidade psicométricas das escalas e de poder validá-las para ambas as populações seria de uma enorme importância não só para disponibilizar instrumentos de investigação úteis mas também para possibilitar elementos de avaliação com relevância prática no quadro da promoção e protecção à infância e adolescência.

### **Conclusões**

O elevado número de sinalizações feitas com vista à protecção de crianças e jovens, bem como o conhecimento dos percursos de vida de muitos jovens que, em idades relativamente precoces, cometem delitos tipificados como crime, tem chamado a atenção para a vulnerabilidade em que se encontram muitos sistemas familiares e para a forma como os pais, ou seus substitutos, desempenham o seu papel parental e contribuem para o crescimento de crianças e jovens saudáveis e ajustados.

A importância de práticas parentais positivas tem sido realçada no domínio científico e constitui, actualmente, um objectivo das políticas sociais de diversos estados europeus, não só pelo impacto positivo que podem ter no desenvolvimento das gerações mais novas mas também pelo facto de se associarem, frequentemente, risco psicossocial e práticas parentais abusivas e/ou incoerentes.

Este estudo, de uma forma geral, corroborou a revisão da literatura, evidenciando que os pais de famílias consideradas de risco referem ter práticas educativas substancialmente diferentes das reportadas por pais da população geral, nomeadamente no que diz respeito às atitudes que tomam perante a disciplina (que no caso das famílias de risco são menos eficazes e menos pró-activas) e, ainda que de forma menos significativa, às práticas parentais positivas. A este nível, com efeito, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, ainda que as referidas práticas sejam menos referidas pelos pais das famílias de risco e pareçam claramente menos associadas a pais menos letrados e socialmente mais desfavorecidos.

As diferenças entre os dois grupos são significativas no que toca à imprevisibilidade existente no ambiente familiar, fazendo perceber que a falta de coerência, ou mesmo a caoticidade, podem constituir uma regularidade em famílias de risco, particularmente no que toca a questões de disciplina e gestão geral do quotidiano familiar.

Para além de constituir um contributo na exploração de instrumentos de recolha de informação sobre a forma como as figuras parentais percebem a sua prática parental e/ou o exercício da parentalidade, este estudo realça a importância de que a intervenção com famílias de risco seja feita no sentido de ajudar os pais a mobilizarem as suas competências e afectos num quadro de interações com os filhos que possam constituir, para eles, um quadro de referência coerente relativamente à sua disponibilidade afectiva e às normas e regras que devem interiorizar.

### **Referências bibliográficas**

Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares* (3ª edição.). Coimbra: Quarteto.

- Alberto, I. M. (2006). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Edições Almedina.
- Alberto, I. (2008). Maltrato infantil: Entre um destino e uma história. In L. Alcoforado, J. Boavida, A. Matos, S. Nogueira, C. Vieira, *A maldade humana: Fatalidade ou educação?* (pp. 107-127). Coimbra: Edições Almedina SA.
- Almeida-Filho, N. D., Andrade, S. A., Barreto, M. L., Bastos, A. C., Pedromônico, M. R., & Santos, D. N. (2005). Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: Uma abordagem epidemiológica. *Revista de Saúde Pública*, 39 (4), 606-611.
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. (2007). O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas nos problemas de externalização e na competência social da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 314-332.
- Amato, P. R., & Fowler, F. (2002). Parenting practices, child adjustment, and family diversity. *Journal of Marriage and Family*, 64, 3, 703-716.
- Baldry, A. C., & Farrington, D. (2000). Bullies e delinquentes: Características pessoais e estilos parentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIV-1,2 e3, 195-223.
- Barros, J. H. (1996). Desenvolvimento de um questionário de percepção de pais e filhos sobre a educação familiar. *Psychologica*, 15, 119-133.
- Baumrind, D. (1996). The discipline controversy revisited. *Family Relations*, 45 (4), 405-414.
- Baumrind, D. (1994). The social context of child maltreatment. *Family Relations*, 43 (4), 360-367.
- Bee, H. (1996). *A criança em desenvolvimento* (7ª ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Behrens, C., Dahlberg, L., Swahn, M., & Toal, S. (2005). *Measuring violence-related attitudes, behaviors, and influences among youths: A compendium of assessment tools* (2ª edição ed.). Georgia: Safer Healthier People.
- Bernstein, D. A., Cassel, E., & Erlbaum, L. (2007). *Criminal behavior* (2 ed.). London: Associates Publishers.
- Berzonsky, M. D. (2004). Identity style, parental authority, and identity commitment. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(3), 213-220.

- Borges, G. F. (1997). Interação familiar e desenvolvimento pessoal. *Psychologica*, 17, 49-62.
- Brandenburg, A. P., Viezzer, L. N., & Weber, L. N. (2003). A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. *Psico-USF*, 8 (1), 71-79.
- Brandenburg, O. J., Viezzer, A. P., & Weber, L. N. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 227-237.
- Brandenburg, O., Prado, P., Viezzer, A., & Weber, L. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 3, 50-63.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em estudo*, 8, 45-54.
- Cia, F., Pereira, C., Del Prette & Del Prette. (2006). Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filhos. *Psicologia em Estudo*, 11 (1), 73-81.
- Crowley, S. L., Donovan, M. R., & Rodríguez, M. M. (2009). Parenting styles in a cultural context: Observations of "protective parenting" in first-generation latinos. *Family Process*, 48, 2, 195-210.
- Dwairy, M. A. (2008). Parental inconsistency versus parental authoritarianism: Associations with symptoms of psychological disorders. *J Youth Adolescence*, 37, 616-626.
- Ferreiro, M. L., & Santos, E. J. (2007). Afecto parental y conducta de los hijos en situaciones de discusiones cotidianas. *Psychologica*, 46, 167-195.
- Fonseca, A. C. (2002). Família, escola e comportamento anti-social: Uma visão de conjunto. In A. C. Fonseca, *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. (2004). Crianças e jovens em risco: Análise de algumas questões actuais. In L. Alcoforado, A. Fonseca, M. Silva, C. Vieira, & M. Vilar, *Crianças e jovens em risco - da investigação à intervenção* (pp. 11-34). Coimbra: Livraria Almedina.
- Forehand, R., & Kotchick, B. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies*, 11, 3, 255- 269.

- Gonçalves, R. A. (2007). As crenças e as percepções das crianças sobre a violência: Conceptualização de um estudo empírico. *Psychologica*, 44, 79-95.
- Hermanns, J. M., Paulussen-Hoogeboom, M. C., Peetsma, T. T., Stams, G. J., & Wittenboer, G. (2008). Parenting style as a mediator between children's negative emotionality and problematic behavior in early childhood. *The Journal of Genetic Psychology*, 169 (3), 209-226.
- Holmbeck, G., Kapungu, C.T., K., & Paikoff, R. (2006). Longitudinal association between parenting practices and early sexual risk behaviors among urban african american adolescents: The moderating role of gender. *J Youth Adolescents*, 35, 787-798.
- Janosz, M., & Le Blanc, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. C. Fonseca, *Comportamento anti-social e família: Uma abordagem científica* (pp. 37-54). Coimbra: Almedina.
- Lopes, F. M., & Teixeira, M. A. (2005). Relações entre estilos parentais e valores humanos: Um estudo exploratório com estudantes universitário. *Aletheia*, 22, 51-62.
- Martínez, A. D. (2000). Actitude e figuras de autoridad y socializacion en adolescentes. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIV-1,2 e 3, 273-303.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ.Soc.*, 26 (91), 485-507.
- Oliveira, A., Teixeira, M., & Wottrich, S. (2006). Escalas de Práticas Parentais (EPP): Avaliando dimensões de práticas parentais em relação a adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 103-114.
- Pacheco, J., Schneider, A., & Silveira, L. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: Análise da relação desses constructos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, 39 (1), 66-73.
- Pereira, D., & Canavarro, M. C. (2004). Uma perspectiva ecológica sobre o comportamento parental em situação de maus-tratos na infância: Implicações para a intervenção. *Psychologica*, 36, 131-148.
- Pestana, M.H. & Gageiro, J.N. (2005). Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS. (4ª edição). Lisboa: Sílabo

- Rea, J. G., & Rossman, B. (2005). The relation of parenting styles and inconsistencies to adaptive functioning for children in conflictual and violent families. *Journal of Family Violence*, 20, 5, 261-278.
- Relvas, A. P. (2004). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica* (3ª edição ed.). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Salvador, A. P., & Weber, L. N. (2005). Práticas educativas parentais: Um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9 (2), 341-353.
- Salvo, C., Silveiras, E., & Toni, P. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22 (2), 187-195.
- Simões, M. (1994) Investigação no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR). Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra
- Vaz, C. & Relvas, A. P. (2007). Monoparentalidade: Uma família à parte ou parte de uma família? In A. P. Relvas & M. Alarcão. *Novas formas de família* (2ª edição, pp 245-298). Coimbra: Quarteto.

**Anexo 1**

Exmo.(a) Sr.(a)

O meu nome é Marta Filipa Carvalho Pereira, aluna do 5º ano de Psicologia (sub-especialização em Psicologia Clínica Forense), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, e venho pedir-lhe a sua colaboração para poder realizar o meu trabalho final ou tese de mestrado.

A forma como os pais educam e interagem com os seus filhos parece ter um papel importante no desenvolvimento das crianças e jovens e, por isso, gostava de poder contar com a sua ajuda para poder perceber o que pode ser mais importante no exercício do papel parental.

Peço-lhe, então, que preencha os questionários anexos. Por favor, responda com a máxima atenção e dê forma espontânea e verdadeira. No final, confirme se respondeu a todas as perguntas para que os questionários possam ser considerados válidos. As suas respostas são confidenciais.

Para manter esta confidencialidade, quando terminar de preencher os questionários, coloque tudo dentro do envelope e feche, desta forma mais ninguém terá acesso a estes dados.

Agradeço-lhe desde já a colaboração, lembrando que a participação neste estudo irá certamente contribuir para o avanço da investigação nesta área.

### Questionário Sócio-demográfico

- Sexo                      F                       M
  
- Idade
  1. Menos de 20
  2. 20-29,
  3. 30-39
  4. 40-49
  5. 50 ou mais
  
- Habilitações literárias (coloque uma cruz no quadrado que corresponde ao número de anos que estudou):
  1. Ensino básico (1º ao 4º ano)
  2. 2º ciclo (5ºano ao 9ºano)
  3. 3º ciclo (10º ao 12ºano)
  4. Bacharelato
  5. Licenciatura
  6. Mestrado
  7. Doutoramento
  
- Situação profissional: actualmente trabalha? Sim                      Não
- Se sim, que profissão tem? \_\_\_\_\_
- Se não, qual a última actividade profissional que teve? \_\_\_\_\_
  
- Estado civil:
  1. Solteiro/a
  2. Casado/a
  3. Viúvo/a o
  4. Divorciado/a
  
- Número de pessoas que vivem em sua casa : \_\_\_\_\_.



- Alguma vez, por causa de algum dos seus filhos, contactou ou recebeu ajuda de algum dos seguintes serviços? (pode assinalar mais do que uma opção)

1. Psicologia  Motivo: \_\_\_\_\_
2. Psiquiatria  Motivo: \_\_\_\_\_
3. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
4. Tribunal de Família e Menores

Veja se respondeu a todas as perguntas.

Obrigado pela colaboração!

## Atitudes Parentais Face à Disciplina

### Chicago Youth Development Study

Tradução Alarcão, Sousa & Pereira, 2009

Pensando naquilo que acontece habitualmente em sua casa, escolha qual das três opções – quase nunca (1), às vezes (3) ou frequentemente (5) – melhor se aplica a cada uma das situações que a seguir se referem e circunde-a com um círculo.

Se tiver mais do que um filho, pense no que faz habitualmente com o seu filho ou filha que lhe entregou este questionário.

Por favor, certifique-se que não deixa nenhuma questão por responder. Muito obrigado pela sua colaboração.

	Quase nunca	Às vezes	Frequentemente
1. Hesita em impor regras ao seu filho porque teme que depois ele possa prejudicar alguém do seu agregado familiar?	1	3	5
2. Sente que deve ser cuidadoso para não aborrecer o seu filho?	1	3	5
3. Sente que outros membros da família devem ser cuidadosos para não aborrecer o seu filho?	1	3	5
4. Sente que pedir ajuda ao seu filho é mais problemático do que vantajoso?	1	3	5
5. Pensa que o seu filho pode vingar-se nas outras crianças se tentar fazer com que ele lhe obedeça?	1	3	5
6. Deixa o seu filho sozinho por causa do seu mau humor?	1	3	5
7. Pensa que o seu filho se revoltará contra si, se tentar fazer com que ele lhe obedeça?	1	3	5

	Quase nunca	Às vezes	Frequentemente
8. Se castigar o seu filho o comportamento dele piora?	1	3	5
9. Quando está sozinho tem muita dificuldade em controlar o seu filho?	1	3	5
10. Quando outros adultos estão presentes tem muita dificuldade em controlar o seu filho?	1	3	5
11. Se o seu filho for castigado, o castigo resulta?	1	3	5
12. A disciplina que usa com o seu filho é eficaz?	1	3	5

## Práticas Parentais Positivas – versão Pais

### Chicago Youth Development Study

Tradução Alarcão, Sousa & Pereira, 2009

Pensando naquilo que acontece habitualmente em sua casa nos últimos 12 meses, escolha qual das três opções – quase nunca (1), às vezes (2) ou quase sempre (3) – melhor se aplica a cada uma das situações que a seguir se referem e circunde-a com um círculo.

Se tiver mais do que um filho, pense no que faz habitualmente com o seu filho ou filha que lhe entregou este questionário.

Por favor, certifique-se que não deixa nenhuma questão por responder. Muito obrigado pela sua colaboração.

Nos últimos 12 meses, quando o seu filho fez alguma coisa de que gostou ou que aprovou, quantas vezes...

	Quase nunca	Às vezes	Quase Sempre
1. Lhe piscou o olho ou sorriu?	1	3	5
2. Lhe disse algo simpático acerca disso, o elogiou ou aprovou?	1	3	5
3. Lhe deu um abraço, uma palmada nas costas ou um beijo, por isso?	1	3	5
4. Lhe deu alguma recompensa por isso, como um presente, dinheiro extra ou alguma coisa especial para comer?	1	3	5
5. Lhe concedeu algum privilégio especial tal como ficar acordado até mais tarde, ver televisão ou fazer alguma actividade especial?	1	3	5
6. Fizeram, juntos, alguma coisa especial, tal como ir ao cinema, jogar um jogo ou ir a algum sítio especial?	1	3	5

## Consistência disciplinar –versão Pais

Rochester Youth Development Study

Tradução Alarcão, Sousa & Pereira 2009

Pensando naquilo que acontece habitualmente em sua casa, escolha qual das quatro opções – muitas vezes (4), às vezes (3), raramente (2), nunca (1) – melhor se aplica a cada uma das situações que a seguir se referem e circunde-a com um círculo.

Se tiver mais do que um filho, pense no que faz habitualmente com o seu filho ou filha que lhe entregou este questionário.

Por favor, certifique-se que não deixa nenhuma questão por responder. Muito obrigado pela sua colaboração.

	Muitas vezes	Às vezes	Raramente	Nunca
1. Com que frequência desiste quando pede ao seu filho para fazer alguma coisa e ele não faz?	4	3	2	1
2. Com que frequência é que o seu filho sai impune (sem ser castigado) do que faz?	4	3	2	1
3. Quando o seu filho é castigado, com que frequência é que o castigo resulta?	4	3	2	1
4. Com que frequência sente que pode corrigir o comportamento do seu filho?	4	3	2	1
5. Uma vez decidido o castigo, com que frequência é que o seu filho consegue livrar-se dele?	4	3	2	1
6. Com que frequência tem que pedir ao seu filho para fazer a mesma coisa mais do que uma vez?	4	3	2	1
7. Com que frequência é que o seu filho é castigado umas vezes e outras não por fazer a mesma coisa?	4	3	2	1

### A ESCALA DE IMPREVISIBILIDADE FAMILIAR (FUS)

(The Family Unpredictability Scale de L. Ross e E. Hill, 2000)

(Versão portuguesa de M. Gaspar e M. Alarcão, 2003)

**Instruções:** As afirmações que encontra a seguir descrevem comportamentos familiares e a forma como as famílias lidam com os problemas. Ao responder a estas questões tenha em conta a sua actual família (o/a senhor(a), o seu cônjuge e o/s seu/s filho/s) e não a família com a qual foi criado/a. Cada vez que ler a palavra "filhos" pense em todas as crianças que vivem em sua casa com idades compreendidas entre os 2 e os 18 anos. Se a questão não se aplica a uma criança, mas sim a outra, considere a criança à qual a pergunta se aplica. Se existir só uma criança entre os 2 e os 18 anos de idade a viver na sua casa, responda às perguntas baseando as suas respostas nela.

Pense na forma como as coisas têm corrido na sua família durante os últimos seis meses. Leia cada afirmação. Se uma afirmação não se aplica ao seu caso, assinale o quadrado à direita. Se a afirmação se aplica a si e à sua família, faça um círculo à volta de um número de 1 (de forma alguma) a 5 (totalmente) para indicar até que ponto o/a descreve a si e à sua família.

Até que ponto é que cada afirmação o/a descreve a si e à sua família?

1	2	3	4	5
de forma alguma	um pouco	moderadamente	bastante	totalmente

1. Eu passo tempo com cada filho, individualmente, todos os dias.	1	2	3	4	5
2. Durante a semana (de Segunda a Sexta) o jantar é sempre à mesma hora.	1	2	3	4	5
3. Quando os meus filhos se magoam, vêm ter comigo para lhes prestar os primeiros cuidados.	1	2	3	4	5
4. Nunca sabemos ao certo como é que havemos de pagar as nossas contas de um mês para o outro.	1	2	3	4	5
5. Ando sempre a mudar de ideias no que diz respeito às regras que determino para os meus filhos.	1	2	3	4	5
6. É difícil prever a que horas serão as refeições.	1	2	3	4	5
7. Os meus filhos podem contar comigo para os levar onde seja necessário.	1	2	3	4	5
8. A forma como actuo numa situação específica depende do meu estado de espírito.	1	2	3	4	5
9. A nossa família tem sempre dinheiro suficiente para as despesas com a comida e a renda de casa ou o crédito habitação.	1	2	3	4	5
10. Eu deixo que os meus filhos não cumpram as regras.	1	2	3	4	5
11. Quando os sentimentos dos meus filhos ficam feridos, eles vêm ter comigo para que eu lhes dê conforto.	1	2	3	4	5
12. Por vezes grito aos meus filhos sem que dê conta daquilo que estou a dizer.	1	2	3	4	5
13. De Segunda a Sexta jantam juntas as mesmas pessoas.	1	2	3	4	5
14. Eu digo regularmente aos meus filhos que são muito importantes para mim.	1	2	3	4	5
15. A decisão de disciplinar os meus filhos, quando se portam mal, depende do meu estado de espírito na altura.	1	2	3	4	5
16. Os meus filhos falam comigo quando alguma coisa os preocupa.	1	2	3	4	5
17. Durante a semana, é mais fácil se cada pessoa tratar do seu próprio jantar.	1	2	3	4	5
18. A forma como actuo em cada situação é imprevisível.	1	2	3	4	5
19. Eu mostro aos meus filhos a mesma afectividade todos os dias.	1	2	3	4	5
20. As pessoas saem de casa sem tomar o pequeno almoço.	1	2	3	4	5
21. Alguns meses temos muito dinheiro para gastar, noutros não temos quase nada.	1	2	3	4	5
22. Quando apanho os meus filhos a portarem-se mal não os castigo.	1	2	3	4	5

**Anexo 2**

**Quadro 1A.** Consistência interna, excluindo o item, na escala Atitudes

Parentais face à Disciplina e respectivas sub-escalas

Item	$\alpha$ de Cronbach APFD	$\alpha$ de Cronbach APFD Evitamento	$\alpha$ de Cronbach APFD Eficácia
1	.716	.589	-
2	.722	.545	-
3	.721	.521	-
4	.692	.602	-
5	.723	.609	-
6	.712	.599	-
7	.686	.549	-
8	.687	-	.583
9	.698	-	.613
10	.701	-	.627
11	.731	-	.650
12	.694	-	.509

 $\alpha$  de Cronbach obtido pela escala total foi de .725 $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala evitamento foi de .614 $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala eficácia foi de .653**Quadro 2A.** Consistência interna, excluindo o item, na escala Práticas

Parentais Positivas

Item	$\alpha$ de Cronbach PPP
1	.649
2	.643
3	.648
4	.676
5	.645
6	.641

 $\alpha$  de Cronbach obtido pela escala foi de .691**Quadro 3A.** Consistência interna, excluindo o item, na escala

Consistência Disciplinar

Item	$\alpha$ de Cronbach
1	.409
2	.400
3	<b>.568</b>
4	<b>.500</b>
5	.320
6	.310
7	.291

 $\alpha$  de Cronbach obtido pela escala foi de .452

**Quadro 4A.** Consistência interna, excluindo o item, escala Imprevisibilidade Familiar e respectivas sub-escalas

Itens	FUS Geral a)	FUS Cuidar b)	FUS Refeições c)	FUS Disciplina d)	FUS Dinheiro e)
1	.806	.733	-	-	-
2	.795	-	.459	-	-
3	.797	.639	-	-	-
4	.799	-	-	-	.569
5	.797	-	-	.709	-
6	.792	-	.477	-	-
7	.800	.663	-	-	-
8	.797	-	-	.694	-
9	.792	-	-	-	.564
10	.798	-	-	.694	-
11	.794	.587	-	-	-
12	.798	-	-	.635	-
13	.803	-	.597	-	-
14	.803	.647	-	-	-
15	.794	-	-	.619	-
16	.791	-	-	-	-
17	.794	-	.562	-	-
18	.788	-	-	.659	-
19	.796	.629	-	-	-
20	.801	-	.594	-	-
21	.792	-	-	-	.511
22	.796	-	-	.682	-

- a) o  $\alpha$  de Cronbach obtido pela escala foi de .804  
b) o  $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala foi de .680  
c) o  $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala foi de .598  
d) o  $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala foi de .701  
e) o  $\alpha$  de Cronbach obtido pela sub-escala foi de .644

**Quadro 5A.** Medidas de tendência central e de dispersão para a idade, na amostra da população geral

Escalas e sub-escalas	30 a 39 (n=42) M (DP)	40 a 49 (n=63) M (DP)	50 ou mais (n=15) M (DP)
APFD	52.85(5.62)	53.61(4.21)	52.40(6.68)
APFD Eficácia	21.57(3.48)	22.36(2.48)	22.20(3.00)
APFD Evitamento	31.28(3.35)	31.25(2.86)	30.20(4.19)
PPP	22.95(5.09)	22.95(3.58)	20.13(4.56)
FUS	43.09(11.26)	41.52(9.28)	37.73(8.53)
FUS Cuidar	14.52(4.33)	15.07(4.47)	14.00(3.72)
FUS Refeições	9.07(3.46)	8.55(2.93)	7.86(3.09)
FUS Disciplina	13.16(4.73)	12.57(3.68)	11.60(4.25)
FUS Dinheiro	6.33(3.44)	5.31(2.71)	4.26(2.25)

**Quadro 6A.** Medidas de tendência central e de dispersão para a idade, na amostra de risco

Escalas e sub-escalas	20 a 29 (n=4) M (DP)	30 a 39 (n=18) M (DP)	40 a 49 (n=15) M (DP)	50 ou mais (n=8) M (DP)
APFD	41.00(7.39)	48.44(5.80)	45.33(7.02)	45.25(5.44)
APFD Eficácia	15.00(2.30)	20.11(3.70)	18.20(3.76)	16.75(2.71)
APFD Evitamento	26.00(6.21)	28.33(4.28)	27.3(4.62)	28.50(4.75)
PPP	26.00(4.32)	21.88(5.83)	20.26(4.06)	19.50(6.65)
FUS	48.75(11.75)	44.88(10.78)	55.06(14.59)	56.25(10.08)
FUS Cuidar	17.50(3.31)	14.94(4.53)	17.53(6.90)	17.87(6.49)
FUS Refeições	8.50(3.69)	7.27(2.60)	11.66(4.59)	12.00(3.77)
FUS Disciplina	14.50(5.00)	15.50(5.45)	16.60(6.09)	17.62(5.87)
FUS Dinheiro	8.25(3.09)	7.16(2.38)	9.26(2.91)	8.75(3.15)

**Quadro 7A.** Medidas de tendência central e de dispersão para o nível sócio-económico, na amostra da população geral

<b>Escalas e Sub-escalas</b>	<b>Baixo (n=70) M (DP)</b>	<b>Médio (n=37) M (DP)</b>	<b>Elevado (n=13) M (DP)</b>
<b>APFD</b>	52.51(5.08)	54.05(5.34)	54.46(3.66)
<b>APFD Evitamento</b>	21.68(3.09)	22.62(2.74)	22.53(2.33)
<b>APFD Eficácia</b>	30.82(3.17)	31.43(3.56)	31.92(2.25)
<b>PPP</b>	21.77(4.02)	24.05(4.58)	22.92(4.66)
<b>FUS</b>	44.81(10.31)	36.91(7.99)	37.61(6.46)
<b>FUS Cuidar</b>	15.21(4.63)	13.81(4.00)	14.92(3.12)
<b>FUS Refeições</b>	9.20(3.26)	7.83(2.81)	8.00(2.97)
<b>FUS Disciplina</b>	13.81(4.18)	10.89(3.45)	11.46(3.86)
<b>FUS Dinheiro</b>	6.58(3.12)	4.37(2.31)	3.23(0.59)

**Quadro 8 A.** Medidas de tendência central e de dispersão para o nível sócio-económico, na amostra de risco

<b>Escalas e Sub-escalas</b>	<b>Baixo (n=42) M (DP)</b>	<b>Médio (n=2) M (DP)</b>
<b>APFD</b>	46.09(6.49)	48.00(11.31)
<b>APFD Evitamento</b>	18.44(3.52)	18.00(9.89)
<b>APFD Eficácia</b>	27.65(4.63)	30.00(1.41)
<b>PPP</b>	21.34(5.42)	20.00(8.48)
<b>FUS</b>	51.09(12.47)	41.00(22.62)
<b>FUS Cuidar</b>	16.65(5.62)	14.50(9.19)
<b>FUS Refeições</b>	9.74(4.22)	8.50(3.53)
<b>FUS Disciplina</b>	16.30(5.54)	13.00(8.48)
<b>FUS Dinheiro</b>	8.39(2.79)	5.00(1.41)

**Quadro 9 A.** Medidas de tendência central e de dispersão para o estado civil, na amostra da população geral

<b>Escalas e sub-escalas</b>	<b>Casado/a (n=114) M (DP)</b>	<b>Viúvo/a (n=1) M (DP)</b>	<b>Divorciado/a (n=5) M (DP)</b>
<b>APFD</b>	53.24(5.10)	52.00	52.40(4.97)
<b>APFD Eficácia</b>	22.10(2.89)	23.00	21.00(4.24)
<b>APFD Evitamento</b>	31.14(3.26)	29.00	31.40(2.19)
<b>PPP</b>	22.68(4.30)	20.00	21.20(6.09)
<b>FUS</b>	41.38(9.74)	41.00	46.60(16.00)
<b>FUS Cuidar</b>	14.68(4.27)	16.00	16.00(6.12)
<b>FUS Refeições</b>	8.58(3.14)	9.00	10.00(3.46)
<b>FUS Disciplina</b>	12.60(4.02)	12.00	14.00(7.17)
<b>FUS Dinheiro</b>	5.50(2.95)	4.00	6.60(4.33)

**Quadro 10 A.** Medidas de tendência central e de dispersão para o estado civil, na amostra de risco

<b>Escalas e sub-escalas</b>	<b>Solteiro/a (n=14) M (DP)</b>	<b>Casado/a (n=17) M (DP)</b>	<b>Viúvo/a (n=3) M (DP)</b>	<b>Divorciado/a (n=11) M (DP)</b>
<b>APFD</b>	44.57(6.67)	45.41(6.95)	45.33(3.05)	49.63(5.50)
<b>APFD Eficácia</b>	17.71(3.64)	18.64(3.69)	15.00(0.00)	19.90(4.03)
<b>APFD Evitamento</b>	26.85(4.73)	26.76(4.57)	30.33(3.05)	29.72(4.22)
<b>PPP</b>	22.28(5.64)	21.29(4.68)	20.66(7.02)	20.18(6.47)
<b>FUS</b>	49.92(15.46)	50.76(11.16)	56.00(10.58)	49.90(13.45)
<b>FUS Cuidar</b>	17.21(6.00)	15.23(3.75)	21.00(12.16)	16.54(5.82)
<b>FUS Refeições</b>	9.42(4.95)	9.70(4.14)	8.33(3.51)	10.36(3.64)
<b>FUS Disciplina</b>	15.50(5.62)	17.76(6.17)	16.66(3.05)	14.36(5.04)
<b>FUS Dinheiro</b>	7.78(2.29)	8.05(3.56)	10.00(1.73)	8.63(2.46)

